

Encaminhamento Diretrizes orçamentárias amarrarão próximo governo

Praticamente todos os ministros civis do governo Sarney debaterão, ao longo desta semana, no Congresso Nacional, as diretrizes orçamentárias que eles não vão cumprir e sim impor à equipe do futuro presidente da República, a ser eleito em novembro. Amanhã, termina o prazo para os parlamentares apresentarem emendas ao projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias, encaminhado no dia 14 de abril último pelo Executivo ao Congresso, e que vai balizar todos os orçamentos federais de 1990. Por isso, o relator do projeto, deputado José Serra (PSDB-SP), pretende levar a discussão aos principais presidencialistas.

Na elaboração do projeto, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República não teve motivos para otimismo e previu que, "pelo menos em curto prazo, dificilmente a economia brasileira repetirá seus padrões históricos de crescimento" — 7% ao ano.

Mais impostos

Para equilibrar o Orçamento da União em 1990, o governo vai recorrer a todos os instrumentos possíveis para elevar a arrecadação. Junto com o projeto de lei do orçamento, a Seplan quer encaminhar, até 30 de agosto próximo, os diversos projetos de lei que promoverão nova reforma tributária.

O aumento dos encargos e benefícios previdenciários introduzidos pela Constituição, a partir deste mês, exigirá o aumento das contribuições das empresas e dos empregados à Previdência Social e ao Fundo de Investimento Social. O assessor especial da Seplan, Cláudio Dantas de Araújo, observou que, se os parlamentares aprovaram o aumento dos encargos em mais de 60%, também devem aprovar as novas fontes de recursos da seguridade social.

Segundo Dantas de Araújo, a Receita Federal já está trabalhando na montagem do novo arcabouço tributário, com a introdução do Imposto sobre grandes fortunas, já

prevista na Constituição; a ampliação da carga tributária do setor agropecuário; corte de mais de 20% das isenções e incentivos fiscais setoriais; tratamento diferenciado para o IPI sobre produtos de consumo popular; aumento do Imposto Territorial Rural; revisão da legislação do Imposto de Renda, e maior abrangência do Imposto sobre Operações Financeiras.

Por questão de coerência, a Seplan manteve, no projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias, a mesma distribuição de recursos da União aprovada pelo Congresso Nacional para este ano. Assim, em 1990, de acordo com a proposta em tramitação, o próximo governo ainda aplicará 22,03% dos recursos do orçamento fiscal em energia e recursos minerais e 21,35% em transportes. As fatias menores ficarão para comunicações (0,13%), relações exteriores (0,15) e urbanismo e meio ambiente (0,16), sem considerar a seguridade social, que tem orçamento próprio.